

O DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAS DIVERSAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Beatriz Dias da Silva

Graduanda do Curso de Psicologia,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Lívia Caroline Vasques Pires

Graduanda do Curso de Psicologia,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

André Masao Peres Tokuda

Mestre em Psicologia e Sociedade – UNESP;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Juliana Fernanda de Barros

Graduada em Psicologia
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Laiana Tiemi Kawashima

Graduada em Psicologia
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

RESUMO

Este artigo tem como finalidade relacionar a teoria de Woods Winnicott com o cenário contemporâneo. Tivemos como objetivo compreender o desenvolvimento psíquico e emocional infantil a partir dos arranjos familiares que vem surgindo na sociedade contemporânea. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica. De acordo com a análise das teorias psicológicas, pode-se concluir que o que irá estabelecer de fato um bom desenvolvimento da criança não será um ambiente físico sofisticado ou a presença de pais biológicos e sim um ambiente seguro, com amor, que haja a identificação com as necessidades da criança, fornecer cuidados físicos e as funções maternas e paternas serem desempenhadas de forma suficientemente boa e contribuir para uma adaptação ativa.

PALAVRAS-CHAVE: configurações familiares; famílias; desenvolvimento infantil.

1 INTRODUÇÃO

As modificações ao longo dos anos, os avanços tecnológicos e as novas legislações deram oportunidades a outros acessos a parentalidade e à filiação, trouxe autonomia de escolha para a formação da composição familiar, tornando maior a flexibilidade para a constituição e dissolução dos vínculos.

Na sociedade contemporânea o número de famílias que formam diferentes configurações familiares vem crescendo consideravelmente. Desta forma se faz necessário uma análise abrangente de como anda sendo o desenvolvimento infantil

diante desse novo contexto e se isso afeta, ou não, o sujeito em sua totalidade.

E para entendermos melhor esse processo utilizamos como linha de pesquisa a psicanálise e base teórica no estudo de amadurecimento de Donald Woods Winnicott.

2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é compreender se o desenvolvimento psíquico e emocional infantil pode ser afetado diante dos arranjos familiares que vem surgindo na sociedade contemporânea.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Para obtenção de melhores resultados utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, com livros, artigos disponíveis pelo Scielo e repositório da UNESP e outros meios de informação.

4 FAMÍLIA

O conceito de família baseado no modelo patriarcal continua enraizado perante a sociedade, mas basta analisarmos para descobrir que a realidade que se estende é outra, nos dias atuais são inúmeras as configurações familiares, no entanto não há um olhar crítico sobre desenvolvimento infantil diante disso, pois grande parte das teorias psicológicas se baseia na família nuclear (composta pelo casal e o filho) devido terem sido formuladas muitas vezes em uma sociedade na qual essa formação era tida como “normal”. Pensando nisso se torna importante fundamentar a ideia da construção do conceito de família, para que haja uma reconstrução nas teorias psicológicas, pensando a partir das diversas configurações familiares. Tais discussões se fazem necessária, devido aos termos com o objetivo nessa pesquisa compreender se o desenvolvimento psíquico e emocional infantil pode ser afetado diante dos arranjos familiares que vem se destacando na sociedade contemporânea.

É de importância elementar para este estudo compreender o conceito e aspectos históricos da entidade familiar. A palavra família tem proveniência etimológica do latino “famulus”, que significa “servo” ou “escravo”, resultado de uma época em que as relações familiares eram caracterizadas por relações de posse e

obediência. A origem da ideia de família está diretamente relacionada e entrelaçada à história da civilização e surgiu como um fenômeno natural, pois com o passar do tempo viu-se como necessidade determinar as relações afetivas de forma estável (SOARES; FERREIRA, 2011).

Segundo Uziel (2015), família é um composto de indivíduos que estão vinculados seja pela aliança, filiação e adoção vivendo sob o mesmo teto. Isto posto, pode se dizer que família é a união de indivíduos ligados entre si pelos vínculos sanguíneos e/ou afetivos.

O modelo familiar foi estabelecido primeiramente pela imagem do homem e da mulher que firmados pelo casamento tornam-se um casal, depois geram os filhos e a família aumenta quando os filhos se casam, também tem seus filhos, criando um ciclo, que ficou naturalizado como ideal (NOGUEIRA, 2007).

A origem da família existe desde os primórdios da história da humanidade e ao longo de suas transformações sociais apresentou mudanças em suas formas de organização. Na era Neolítica a relação entre o ato sexual e a procriação é descoberta, pois até então a humanidade não tinha conhecimento do papel do homem para que houvesse a reprodução. E foi a partir da domesticação de animais e da observação que perceberam que era preciso um macho e uma fêmea para reproduzir. Com isso, a consciência da paternidade é consolidada e auxilia para que as famílias se organizem. Fortalecendo as condições de soberania masculina, no qual se torna substancial a necessidade da paternidade para fins de transferência da herança e a mulher tem a sua sexualidade monopolizada, sendo mantida apenas nas funções domésticas. Desta maneira, a família patriarcal é constituída e estruturada, deixando de ser apenas uma relação de reprodução. Passando de uma estrutura tribal para a doméstica (SOUSA, 2008).

Em Roma se constituíram as primeiras normas utilizadas como base para que a família tornasse uma sociedade patriarcal. Organizada no poder e na autoridade paterna, na qual o pai era quem comandava e dominava toda a família. Quando esse vinha a falecer, a matriarca, assim como qualquer figura feminina era impedida de assumir a família; o pátrio poder era transferido apenas ao filho primogênito ou outros homens que pertenciam ao grupo familiar (NOGUEIRA, 2007).

Nessa época, a mulher se submetia aos domínios do patriarca ou se casava e entrava na família de matrimônio, se submetendo ao domínio do seu cônjuge. Não

havendo autonomia e nem direito de outras escolhas por parte dessa, sendo essas suas únicas possibilidades. Essa situação começou a se modificar mesmo que de forma exígua, após surgir o Império Romano, no qual os conflitos ocasionados pelo abuso do homem começam a ser discutidos (NOGUEIRA, 2007).

A partir do século V o poder de Roma passa a ser da Igreja Católica, que estrutura como normas e leis o Direito Canônico, ordenado num conjunto normativo dualista (laico e religioso), no qual o direito e a justiça eram estabelecidos pela religião, e assim se manteve até o século XX (NOGUEIRA, 2007).

Como a base da família já era determinada pelo casamento entre um homem e uma mulher, a Igreja Católica assumiu a função de estabelecer o regimento do casamento, considerando-o um sacramento. Passando a ser dever do Direito Canônico controlar o casamento (SOARES; FERREIRA, 2011).

Partindo disso o cristianismo a partir do direito canônico sustentou as causas que impediam o casamento, sendo essas baseadas na incapacidade de uma das partes (não ter a idade permitida, já ter se casado anteriormente, a infertilidade, pertencerem a religiões diferentes, não ter consentimento, ou ter uma relação de parentesco) (NOGUEIRA, 2007). Nesse sentido, o primeiro modelo de família no Brasil teve influência romana e do Direito Canônico. Porém, a formação da família brasileira teve a participação de vários povos que, através de sua etnia, história, cultura, crenças e costumes geraram a nação brasileira, resultando uma diversidade étnico-cultural, pois com o crescimento da população, que se deu devido à imigração de diferentes povos, como a chegada dos europeus, que se encontravam com as índias que aqui viviam, e ainda com a chegada dos africanos escravizados, ocorreu uma intensa miscigenação. Tornando o Brasil fruto de uma mistura de diferentes raças e culturas, sob a tentativa de um controle intenso e repressor realizado pela igreja católica (SOARES; FERREIRA, 2011).

A primeira legislação brasileira a questionar e trabalhar com o tema família, casamento civil entre homem e mulher e a responsabilizar os mesmos pela constituição familiar foi o Código Civil de 1916. as definições do instituto família não estavam clarificadas, suas raízes se predominavam pelo casamento civil, ou seja, uma família transpessoal, hierarquizada e patriarcal (DRESCH, 2016).

Em meados de 1920 a 1940 a família nuclear ocupava grande espaço perante a sociedade, sendo o seu perfil de uma hierarquização nítida nos relacionamentos

familiares, tinham muitos filhos e as divisões de funções eram de acordo com o gênero. Essa família era constituída por pai, mãe e filhos que deviam obediência ao primeiro, devido ser o provedor do lar (DRESCH, 2016).

A partir de 1940, com a Revolução Industrial que debatia temas como a saúde do trabalhador, serviços básicos, educação, recreação e segurança social, houve a entrada da mulher no mercado de trabalho formal, até o momento era atribuída como função para essa somente os cuidados do lar e com os filhos. Nesse sentido houve uma necessidade de reorganização das funções entre o casal, impondo aos homens o desempenho de papéis antes exercidos apenas pelas mulheres, no entanto não é a realidade de grande parte das famílias, nas quais as mulheres acabam tendo uma dupla jornada, trabalho fora e dentro do lar, o que é causa de adoecimentos físicos e psíquicos (MACEDO et al., 2008).

Em 1970, os métodos anticoncepcionais ganham seu espaço o que distingue a sexualidade da reprodução, tornando uma opção e não necessariamente um destino como outrora estipulado. No ano de 1980 as inseminações artificiais e as fertilizações *in vitro* deram novas oportunidades para a sociedade, pois faz a separação da maternagem, ou seja, a gravidez do ato sexual entre homens e mulheres. E as modificações continuaram em 1990, o qual o exame de DNA vem com a função de revelar a paternidade e maternidade, e começam a ter mais visibilidade os casamentos tardios, a maternidade após os 30 anos de idade, diminuição no índice de filhos, contracepção precoce aumenta, as questões sociais dos filhos também passam a ser uma responsabilidade pelos setores públicos e privados, aumento da união estável, famílias monoparentais e recompostas, aumento no índice da terceira idade, e o acolhimento de membros que não faziam parte do contexto daquele núcleo familiar e que agora está inserido. Esses fatores marcam significativamente o surgimento de diferentes configurações familiares quebrando paradigmas do que antes era visto como o tradicional (PEREIRA et al., 2013).

No decorrer dos anos é possível perceber que a família brasileira passou por modificações, sendo que todas essas ganham a valorização através da Constituição Federal de 1988, o que ocasiona em uma revolução no direito de família, no qual o artigo 226 passa a reconhecer outras formas de constituições familiares, como a união estável e a família monoparental (DRESCH, 2016).

Os termos do direito da família ganham poder maior no Código Civil de 2002,

que considera os diversos arranjos familiares e entende que essa modificação ocorreu ao longo dos anos, priorizando a dignidade humana, igualdade entre os cônjuges e filhos perante as leis jurídicas. Isso acarreta na liberdade da comunhão no âmbito familiar e aumento no interesse pelas crianças e adolescentes e principalmente um olhar para as relações afetivas (DRECSH, 2016).

Essas modificações ao longo dos anos, os avanços tecnológicos e as novas legislações deram oportunidades a outros acessos a parentalidade e filiação, trouxeram autonomia de escolha para a formação da composição familiar, tornando maior a flexibilidade para a constituição e dissolução dos vínculos. O que vem a determinar novos mapeamentos da estruturação familiar e diferentes referenciais que norteiam as relações entre homens e mulheres, pais e filhos (UZIEL, 2015).

O termo diversas configurações familiares é usado para nomear o conceito família na atualidade, para entendermos como é composta essa configuração é primordial compreender que há uma variação na composição do núcleo familiar e nas relações entre os membros. O que pode variar de uniões consensuais de parceiros separados e divorciados, uniões de indivíduos do mesmo sexo, pessoas com filhos de casamentos anteriores, mães que cuidam de seus filhos sem ajuda de terceiros ou até mesmo sem o auxílio do pai, pais que cuidam de seus filhos sozinhos, avós com netos e entre outros modelos que podemos observar nos dias atuais, o qual se estende em uma infinidade de núcleos familiares (OLIVEIRA, 2009).

Para que se torne possível compreender o funcionamento dessas diferentes configurações e estruturas familiares, é importante conhecer e entender a composição (que são os membros que compõe o núcleo familiar, no qual podem variar) e o funcionamento da família (que é constituído por regras, afetividades e vínculos formados). Mesmo que as formações familiares vêm sendo diversificadas na atualidade, valores relacionados à afetividade, cuidados básicos, proteção, afinidades estabelecidas pelo casal, sexualidade, normas e regras, são relevâncias significativas para o fechamento das relações estabelecidas, o que nos gera uma reflexão que mesmo com o surgimento das diferentes configurações familiares os fatores citados acima não deixaram de existir fazendo com que esses aspectos sejam importantíssimos (PEREIRA et al., 2013; WAGNER, 2011).

Segundo Silva et al. (2016), o modelo de família que ainda predomina é o nuclear, que é composto pelo casal e filhos, que contam com a predominância do

cuidado materno em vínculos afetivos e nos afazeres do lar e cabe ao pai a provisão do alimento e necessidades do lar. Porém denota-se também existência de novos arranjos familiares, tais como, famílias monoparentais, família de pais separados ou divorciados, famílias homoafetivas e coparentalidade.

As famílias monoparentais sempre existiram, mas passou também por algumas modificações. Podendo ser caracterizada pelos genitores que estão solteiros, divorciados ou viúvos, ou seja, são aqueles que passam pela ruptura de algum dos genitores (SILVA et al., 2016).

Famílias de pais separados ou divorciados são compostas com o marco da separação dos genitores, chamada de família recomposta, ocorre quando um dos genitores que passou pelo processo de divórcio se casa novamente e constitui um novo lar. Encontramos também as famílias homoafetivas que se constitui por duas pessoas do mesmo sexo, que vem aumentando e vencendo os desafios que são encontrados, pois apesar de reconhecida oficialmente ainda é alvo de preconceitos e discriminações (SILVA et al., 2016).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), após essas transformações e reconfigurações familiares, viu como necessário incluir a situação familiar brasileira no questionário aplicado, verificando se o filho é do casal, apenas do responsável, além de outras configurações, pode-se observar que a cada ano há uma queda no índice de famílias com base patriarcal e aumento no índice das famílias com diferentes configurações (IBGE, 2010).

Em 2001, a família unipessoal tinha o índice de 9,2%; os casais com filho 53,3%; casal sem filhos 13,8%; mulher sem conjugue com filhos 17,8%. Já no ano de 2009, a família unipessoal passou a ter o índice de 11,5%; os casais com filho 47,3%; casal sem filhos 17,4%; mulher sem conjugue com filhos 17,4% (IBGE, 2010). Sendo assim, para Pereira et al. (2013), seria errôneo pensar que exista um modelo ideal, ou até mesmo chamá-lo de o correto, não cabe em nosso cenário, uma vez que entendemos que não seria justo enquadrar a família em um molde, pois as diferenças devem existir, e neste trabalho iremos discuti-las dentro do desenvolvimento emocional.

5 DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA TEORIA WINNICOTTIANA

O desenvolvimento infantil é parte fundamental do crescimento humano. Para

entendermos esse processo utilizaremos como base a teoria de Donald Woods Winnicott, que dedicou grande parte de sua obra para discutir a relação mãe e bebê, descrevendo a importância que esse papel tem para o desenvolvimento físico e emocional do indivíduo. Tais apontamentos nos servirão para discutirmos sobre os cuidados que devem ser proporcionados pelo ambiente para que exista o amadurecimento emocional da criança, o que nos dará base para problematizarmos sobre como podem ocorrer nas diferentes composições familiares.

Winnicott foi psiquiatra e psicanalista inglês, trouxe em suas obras a teoria do amadurecimento emocional, que contribuiu significativamente para compreensão do desenvolvimento emocional infantil. Essa teoria é guiada pela ideia de que nascemos com tendência inata ao desenvolvimento físico, psíquico e emocional. Porém esse crescimento pode não se concluir na ausência de um ambiente propiciador, que seja suficientemente bom (WINNICOTT, 2011).

Ao longo do texto iremos utilizar os termos: função paterna, pai e figura paterna, assim como mãe. No entanto, não nos referimos ao pai como sujeito do sexo masculino, ou pai biológico, estaremos nos referindo à função paterna, que pode ser realizada por outro(a) sujeito(a) que não um homem, ou pai biológico. Assim como, quando utilizamos o termo mãe, queremos nos referir à função materna, seja exercida pela mãe ou substituta(o). Vale ressaltar que Winnicott utilizava os termos (mãe e pai) porque se baseavam na família tradicional burguesa, que era a maioria em sua época; no entanto sua teoria pode ser utilizada atualmente, pois se encaixa em diversos contextos.

A teoria do Amadurecimento Emocional de Winnicott parte da ideia, já colocada acima, que todos os sujeitos nascem com a tendência para o amadurecimento. O estado de integração é a conquista básica para a saúde no desenvolvimento emocional de todo ser humano, assim, desde o nascimento o bebê caminha rumo à integração. Isto se dá em um processo que tem início durante a gestação e continua ao longo de toda a vida (WINNICOTT, 1999).

Nos estágios mais primitivos, o bebê se encontra em estado de não integração; é totalmente dependente do ambiente, nomeado por Winnicott como estado de dependência absoluta. Aos poucos, com ajuda do ambiente, caminha para a integração, passando pela dependência relativa e logo, rumo à independência, durante toda a vida, visto que a independência total nunca é alcançada (ABRAM,

1996; ARCANGIOLI, 1995; AVELLAR, 2004; WINNICOTT, 1999).

Segundo Araujo (2011) no primeiro período a mãe passa por uma adaptação denominada de preocupação materna primária, que ocorre desde os últimos meses de gravidez até logo após o nascimento, sendo uma disposição que a possibilita compreender e se adaptar as necessidades do bebê. Essa disposição permite que a mãe se coloque no lugar do bebê e ofereça os cuidados singulares que precisa, se tornam uma unidade, uma simbiose. Pois nesse primeiro estágio o infante passa por uma dependência absoluta, tanto física, quanto emocional, não havendo vestígio de uma consciência dessa dependência. É a fase em que o infante não consegue identificar o eu do não-eu. Quando essa adaptação da mãe é suficientemente boa, não há nenhuma desordem no amadurecimento e desenvolvimento.

O ambiente facilitador possibilita ao indivíduo a chance de crescer, frequentemente em direção à saúde. Sendo assim, a vivência de falhas nesse primeiro espaço do bebê – a mãe – pode dar a ele uma sensação de imprevisibilidade em relação ao mesmo, o que pode lhe causar perturbação e uma lacuna no processo de amadurecimento (ABRAM, 1996). Se entregar a esse estado, de preocupação materna primária, depende também da saúde da mãe, pois a mesma se dedicará ao bebê por intuição e rememorando os cuidados que recebeu quando era bebê.

Winnicott em sua teoria entende que um dos fatores mais importante para o desenvolvimento do bebê é o ambiente, pois esse fornecerá condições facilitadoras para o amadurecimento. Sendo esse ambiente mais do que um meio físico, mas também social, que se encontra nas relações pessoais, desta forma, esse primeiro ambiente deve ser a mãe, e seu papel tem importância essencial. O ambiente necessita se adaptar a necessidade da criança. (ARAUJO, 2011).

O ambiente facilitador precisa proporcionar o *holding*, *handling* e a apresentação de objetos para o infante, conceitos apresentados por Winnicott.

O *holding* é descrito como uma fase em que a mãe, protege da agressão fisiológica; leva em conta a sensibilidade cutânea do lactente, tato, temperatura, sensibilidade auditiva, sensibilidade visual, sensibilidade à queda e a falta de conhecimento por parte deste da existência de qualquer coisa que não seja ele mesmo; inclui a rotina completa do cuidado dia e noite adequada a cada bebê; segue também as mudanças instantâneas do dia-a-dia que fazem parte do crescimento e do desenvolvimento do lactente, tanto físico quanto psicológico (WINNICOTT, 2011, p. 20).

O *holding* representa o primeiro ambiente do bebê, sendo representado pelo momento em que a pessoa que desenvolve o papel materno proporciona

sustentabilidade física e emocional do bebê, dessa forma o *holding* deve existir desde o nascimento, para que o infante perceba que tem uma sustentação confiável. O que está ligado com a rotina de cuidados básicos, proteção e suporte emocional. Dessa forma a função dessa sustentação é fornecer apoio ao ego, antes do estabelecimento da integração (KLAUTAL, SALEM, 2009; WINNICOTT, 2011).

Todo esse suporte que o *holding* proporciona está estreitamente combinado com o *handling*, este último tem como função o manejo dos cuidados com o bebê, ou seja, ter a percepção de entender do que o infante precisa e proporcionar bem-estar físico. Será por meio desse manejo cuidadoso e afetuoso que a relação positiva vai sendo construída e mantida pela mãe. E também levará o bebê a um reconhecimento gradativo de seu corpo (PONCE, 2015; WINNICOTT, 2011).

Vale ressaltar que a maneira que esse sujeito é segurado no colo e acariciado se faz muito importante, o qual deve ser de forma tranquila e acolhedora. Nesse período o cuidador necessita ter a capacidade de segurar o bebê de maneira confiável, podendo ser compreendida também como uma vivência simbólica que significa a forma como o bebê é amado como filho, e o quanto pode se sentir seguro naquele ambiente (KLAUTAL, SALEM, 2009; WINNICOTT, 2011).

Na apresentação de objetos a mãe passa a apresentar o mundo ao bebê, para que perceba a existência de realidades externas. A primeira relação objetal que o infante tem é com o seio materno, porém nessa fase se encontra no período de dependência absoluta, conforme for passando para dependência relativa outras relações objetais surgem. A mãe começa a mostrar que é substituível, que ela não é a única relação objetal, para que ele consiga internalizar o mundo externo e ir se integrando, dessa forma ela facilita para o bebê a elaboração de novos objetos que serão mais adequados ao seu processo de desenvolvimento. Essa apresentação deve ser feita em pequenas doses, cuidar para que os acontecimentos no ambiente sejam previstos e proteger o bebê de eventos que não consegue ainda compreender. Dessa forma os estímulos devem ser apresentados aos poucos e de acordo com a compreensão do infante (MONTEIRO, 2003; AVELLAR, 2004; WINNICOTT, 2011).

As condições desse ambiente, sendo facilitador, favorecerá o amadurecimento, fazendo com que o desenvolvimento ocorra de forma satisfatória. Porém para que tudo isso ocorra à mãe precisa receber o suporte do pai. Este ainda que não tenha relação principal no amadurecimento ocupa um lugar de mãe

substituta, devido a esse primeiro momento de o infante estar em uma simbiose com a mãe, não conseguindo separar o seu corpo e o dela, não tendo condições de entender que exista o outro. Então a figura paterna deve ser o ambiente facilitador quando se torna mãe substituta, fazendo a função materna quando essa não estiver presente (ROSA, 2011).

A função do pai também é liberar a mãe das preocupações alheias ao bebê. Winnicott a respeito do papel do pai enfatiza a importância dentro do crescimento do bebê, apresentando uma nova ideia de que não somente a mãe, mas também o pai entra em cena como ambiente facilitador (ROSA, 2011).

Para Rosa (2011), diante da teoria apresentada por Winnicott o pai não ocupará somente o papel de rivalidade nessa relação, no qual sairá da fantasia que foi descrita por Freud no Complexo de Édipo, ele será uma pessoa que participará do desenvolvimento emocional da criança, dando suporte emocional e deverá ser parte do ambiente facilitador com a mãe.

O papel materno e paterno são complementares e fundamentais para constituir um ambiente favorável e facilitador. Dessa forma se a relação mãe-bebê funciona, a criança constrói o ego saudável, sendo capaz de organizar suas defesas, apesar de seu self ainda não estar formado, então é importante e necessário, pois se tal ambiente não é facilitador e deixa o bebê que está em desenvolvimento a mercê da falta de cuidados podem surgir fatores de desintegração, que enfraquecem ou interrompem o amadurecimento do bebê (ARAUJO, 2011; WINNICOTT, 2011).

É indispensável que o ambiente seja facilitador, eficaz e saudável, para que ocorra a simbiose entre mãe-bebê, isso facilitará ao infante continuar rumo a integração e o amadurecimento, pois esses fatores descritos não serão possíveis ocorrer isoladamente; a mãe teria o papel de mediar essas etapas que são importantes para o crescimento do sujeito, vale colocar que o trauma muitas vezes não ocorre por um fator, mas por uma série de acontecimentos que podem vir acontecer nessa relação (NETO, 2011; PONCE, 2015).

Na de dependência relativa aos poucos o bebê vai tomando consciência que existe o outro, que ele e a mãe são pessoas diferentes, isso se ocorre porque a mãe aos poucos se distancia de seu bebê, se abrindo para o mundo externo novamente e se recuperando da condição de “enlouquecimento normal”. Para isso a mesma começa a desmamar seu filho, não respondendo sempre que o mesmo quer, assim

estabelecendo horários (WINNICOTT, 1982). O infante tendo recebido em seu estado mais primitivo os cuidados e suporte psíquicos necessários para se sentir seguro, consegue aos poucos se separar da mãe e continuar em processo de amadurecimento, ou seja, o bebê consegue passar para o estágio de dependência relativa (ABRAM, 1996; NETO, 2007). No entanto esta é uma tarefa árdua para as mães, pois começam a perder o controle sobre seus bebês, o que causa angústia. Desde o estágio primário não-integrado até a dependência relativa, a criança vem passando por um processo gradual de integração, sendo algo que se desenvolve pouco a pouco na criança. Essa integração só ocorre de forma satisfatória quando o ambiente e as funções são suficientemente bons e facilitadores (WINNICOTT, 2011).

Cabe à mãe, como esse agente adaptativo apresentar o mundo em pequenas doses, de maneira que consiga fornecer ao filho a experiência de onipotência e ao pai dar o suporte para a mãe. Com o andar do processo é necessário que haja uma apresentação da realidade na vida do indivíduo, e o ambiente precisará aos poucos se tornar em dependência absoluta para a dependência relativa (PONCE, 2015). Nessa etapa o pai tem como papel mostrar para a mãe que ela também é uma esposa e esta deve permitir que o infante continue caminhando rumo a independência e através da ajuda da figura paterna, deve recuperar aspectos de sua personalidade, como colocou Winnicott (1982, p. 9) “[A mãe] precisa também da dedicação de um marido e de experiências sexuais que a satisfaçam”. Assim a companhia, conversas entre pai e mãe, além das relações sexuais, faz com que esta se sinta novamente uma mulher, esposa e não somente uma mãe. Desta forma a mesma consegue sair do “enlouquecimento normal”.

O pai, no estado de dependência relativa, deve ser a figura total, pois ele é para o bebê o primeiro vislumbre de uma pessoa integrada. Como existe a relação dual mãe-bebê, o mesmo não consegue perceber a mãe como uma pessoa integrada, fora. Desta forma, o pai como um terceiro irá servir como diagrama para que o bebê consiga continuar rumo à integração (ROSA, 2011).

Assim, entendemos que o pai aparece não como impositor da lei para a criança, mesmo serve como referência para o bebê, esta identificação não ocorre com a mãe, pois esta formava uma díade com seu filho (FULGENCIO, 2007). Ainda no estado de dependência relativa, segundo Winnicott, é apresentado ao bebê o “não”, o primeiro *não* é da mãe ao mundo externo quando a mesma “enlouquece” e constrói

uma díade com seu bebê, não deixando nada externo invadir essa relação. O segundo é o da mãe para o bebê, este ocorre quando a mesma começa a se separar aos poucos de seu filho, o frustrando algumas vezes. E o terceiro é a internalização do *não* na vida do bebê como uma norma. O pai entra na segunda etapa, sendo para o bebê como um aspecto inflexível da mãe.

Desta forma, o infante começa a distinguir nos cuidados maternos alguns aspectos que podem ser ditos paternos: de ordem, firmeza, dureza, inflexibilidade, etc. Ou seja, a figura materna vai sendo duplicada pelo bebê como uma mãe que é subjetiva (faz parte de seu si mesmo) e também é vislumbrada em um pequeno espaço de objetividade. Assim é nesta duplicação da mãe que a figura paterna começa a se esboçar, no entanto não é vista como algo separado (WINNICOTT, 1960; WINNICOTT, 1966).

No estágio em que o bebê está adquirindo concernimento, o pai será usado pelo infante como protetor da mãe. Nesta etapa o bebê está tentando integrar sua destrutividade contida na impulsividade instintual, desta forma o pai deve ser forte e protetor para que a criança não tema destruir a mãe, assim a criança não precisa inibir seus impulsos e aprende a controlá-los. No final deste estágio a criança consegue se constituir com um “eu”, desta forma começa a entrar no triângulo edípico, pois se torna uma pessoa total. Isto ocorrerá se não houver falhar ambientais durante os processos de amadurecimento. Além de não retalhar, a mãe deve acolher as tentativas do bebê de reparação, isto ocorre devido ao infante ter adquirido a consciência de seus atos (ROSA, 2011; WINNICOTT, 1960).

Vimos até aqui o que é necessário para que o ambiente seja facilitador, como deve ser uma mãe suficientemente boa e qual o papel da função materna e paterna na integração do infante. Porém quando esse processo não ocorre acontece uma falha no desenvolvimento e amadurecimento do bebê.

Segundo Neto (2011), quando o ambiente não é facilitador e o bebê em desenvolvimento fica à mercê da falta de cuidados podem surgir fatores de desintegração, pois o infante ainda não tem sua estrutura psíquica organizada, fazendo com que ainda não consiga se enxergar como outro ser, por esses motivos o mundo externo é confuso.

Quando o bebê passa por algo comprometedor dois aspectos importantes acontecem, a autodefesa chamada de falso self, que servirá de auxílio na proteção

para o verdadeiro. O *self* para melhor entendermos é o que chamamos de eu, o subjetivo que levamos conosco, uma vez que o *self* central precisa permanecer em proteção para o favor do bem-estar (PONCE, 2015).

Essa angústia e desordem que o bebê sente podem ser vivenciadas quando o ambiente não realiza os seus desejos imediatamente, o que gera frustração, segundo Neto (2011) de alguma forma o indivíduo em crescimento irá se defender para amenizar o sofrimento, uma vez que o papel da mãe suficientemente boa não se manifesta de forma adequada, o que pode acarretar em sérios comprometimentos para vida adulta, principalmente quando não são sanados ainda na infância (NETO, 2011).

Partindo disso podemos concluir que o que irá determinar de fato o desenvolvimento da criança não será um ambiente físico sofisticado ou a presença de pais biológicos e sim um ambiente seguro, com amor, que haja a identificação com as necessidades da criança, fornecer cuidados físicos e as funções maternas e paternas serem desempenhadas de forma suficientemente boa e contribuir para uma adaptação ativa (ARAUJO, 2011).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo compreender se o desenvolvimento psíquico e emocional infantil pode ser afetado diante dos arranjos familiares que vem surgindo na sociedade contemporânea. E em análise a teoria foi possível entender que as diferentes configurações familiares, não afetam o desenvolvimento psíquico e emocional das crianças. Por meio disso podemos dizer que qual sejam os cuidados recebidos, sendo eles pelo modelo patriarcal ou pelas diferentes configurações familiares, o indivíduo se desenvolve naturalmente, pois alguém acaba por ocupar essa função materna e paterna. Dessa forma, seria errôneo pensar que exista um modelo ideal, ou até mesmo chamá-lo de o correto.

Partindo disso, podemos concluir que o que irá determinar de fato o desenvolvimento da criança não será um ambiente físico sofisticado ou a presença de pais biológicos e sim um ambiente seguro, com amor, que haja a identificação com as necessidades da criança, fornecer cuidados físicos e as funções maternas e paternas serem desempenhadas de forma suficientemente boa e contribuir para uma adaptação ativa.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, C. O ambiente winnicottiano. In: DIAS, E. LOPARIC, Z. Winnicott na escola de São Paulo. São Paulo: DWW Editorial; 2011.

AVELLAR, L. Jogando na análise de crianças: intervir-interpretar na abordagem winnicottiana. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2004.

DRESCH, M. A instituição familiar na legislação brasileira: conceitos e evolução histórica. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/51795/a-instituicao-familiar-na-legislacao-brasileira-conceitos-e-evolucao-historica>>. Acesso em 05 jun. 2017.

KALOUSTIAN, S. Família Brasileira a base de tudo. 9 ed. Brasília: Unicef, 2010.

KLAUTAU, P. SALEM, P. Dependência e construção da confiança: A clínica psicanalítica nos limites da interpretação. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302009000200002>. Acesso em: 18 set. 2017.

MONTEIRO, M. Um coração para dois: a relação mãe-bebê cardiopata. Disponível em: < https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/4350/4350_1.PDF>. Acesso em: 16 set. 2017.

NETO, O. Condições traumáticas na relação mãe-bebê. In: DIAS, E. LOPARIC, Z. Winnicott na escola de São Paulo. São Paulo: DWW Editorial; 2011.

NOGUEIRA, M. A Família: conceito e evolução histórica e sua importância. Disponível em: < <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/18496-18497-1-PB.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2017

PEREIRA, C; et al. Família e gênero nas novas configurações familiares: um olhar sobre a mulher e condições de pobreza. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

PONCE, L. Mãe social e cuidado infantil institucionalizado: um estudo sobre o imaginário coletivo à luz da teoria de D. W. Winnicott. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

ROSA, C. O papel do pai no processo de amadurecimento em Winnicott. In: DIAS, E. LOPARIC, Z. Winnicott na escola de São Paulo. São Paulo: DWW Editorial; 2011.

SILVA, R; et al. Diferentes configurações familiares: repercussões no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

SOARES, N.; FERREIRA, P. A evolução do conceito de família. Disponível em: <<http://faculadefinan.com.br/pitagoras/numerosAnteriores.asp>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

SOUSA, A. Estudo comparativo das famílias monoparentais masculinas x monoparentais femininas: A influencia do genitor no desenvolvimento familiar. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/AnaPaula.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2017.

UZIEL, A. Homossexualidade e adoção. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

WAGNER, A. Desafios Psicossociais da família contemporânea. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

WINNICOTT, D. A família e o desenvolvimento individual. 4. Ed. São Paulo: Martins fontes; 2011.